

## Índice

<b>Para saber mais</b> Os Censos no Mundo	Pág. 2
<b>Novidades</b>	Pág. 3
<b>Tema em Destaque</b> <b>Plano de Acção para os Censos 2011</b> <b>Metodologia de recolha de dados</b>	Pág. 4
Conteúdo a observar nos Censos 2011	Pág. 5/7
Programa e produtos de difusão Planeamento das principais actividades	Pág. 7
Cartografia	Pág. 8
Controlo e avaliação da qualidade	
Programa de comunicação	Pág. 9
Transição do modelo censitário Consulta pública	Pág. 10
<b>Equipa em Foco</b> SEAC – Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2011 Competências Composição	Pág. 11

## Apresentação

A preparação e execução dos recenseamentos da população e da habitação exigem sempre, aos institutos de estatística de todo o mundo, um trabalho demorado e bastante exigente. Assim se passa em Portugal.

De facto, actualmente o INE está profundamente empenhado na preparação dos Censos 2011, que envolvem duas operações simultâneas, o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação, a realizar em 2011.

A comunicação com a população é um elemento fundamental no processo dos Censos 2011, para permitir estimular a motivação das pessoas para a resposta aos questionários e para promover uma cada vez mais vasta utilização dos resultados censitários.

Assim, a Newsletter dos Censos 2011, cuja publicação se iniciou em Outubro de 2008, tem por objectivo disponibilizar informação sintética sobre as várias etapas do processo, designadamente os documentos da preparação e execução destes recenseamentos.

Este número da Newsletter, o nº 3, aborda os aspectos mais importantes do Programa de Acção para os Censos 2011, que mereceu parecer favorável da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2011, do Conselho Superior de Estatística. O Programa de Acção apresenta diferenças importantes em relação aos recenseamentos anteriores, tendo-se desenvolvido um esforço significativo para manter a comparabilidade da informação censitária.

O Programa de Acção foi elaborado visando, naturalmente, o objectivo primeiro de dar resposta às necessidades dos utilizadores nacionais deste tipo de informação.

Contudo e pela primeira vez, a elaboração do Programa de Acção para os Censos 2011 foi enquadrada por um Regulamento da União Europeia, já publicado; deverá ter ainda em consideração os regulamentos de implementação cuja elaboração está em fase de conclusão.

As alterações ao conteúdo estendem-se a todas as unidades estatísticas (edifícios, alojamentos, famílias e indivíduos) e foram profundamente analisadas com os principais utilizadores representados no Conselho Superior de Estatística.

Nesta Newsletter apresentam-se ainda os vários modelos censitários utilizados pelos países da União Europeia; a Lei aprovada pela Assembleia da República que autoriza o Governo a legislar sobre os Censos 2011 e o logótipo dos Censos 2011, criado no INE, que passará a ser o identificador de excelência desta importante operação estatística.

Formulo os meus melhores votos para que este número da Newsletter Censos 2011 tenha uma ampla divulgação e suscite o envio de sugestões que contribuam para continuar a melhorar o seu conteúdo. Dúvidas sobre a operação que sejam apresentadas ao INE merecerão a melhor atenção.

É firme propósito do INE que toda a informação estatística, e os Censos 2011 em particular, esteja cada vez mais perto dos Cidadãos e ao seu serviço.

*Alda de Caetano Carvalho*

*Presidente do Instituto Nacional de Estatística*

## Ficha Técnica

### Título

Newsletter Censos 2011

### Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
Av. António José de Almeida  
1000-043 Lisboa  
Portugal  
Telefone: 21 842 61 00  
Fax: 21 844 04 01

### Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

### Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

### Periodicidade

Quadrimestral



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL

Informar. Saber. Decidir.

[censos.ine.pt](http://censos.ine.pt)



A nível internacional, as operações censitárias são enquadradas por recomendações e normas específicas, de forma a garantir a sua harmonização e a comparabilidade dos resultados.

De acordo com as recomendações internacionais das Nações Unidas para a ronda censitária de 2010, podem coexistir, no que respeita ao método de recolha de dados, quatro modelos básicos para a condução das operações censitárias:

1. O modelo clássico sem recurso a ficheiros administrativos.

Consiste na recolha exaustiva de informação, ainda que algumas variáveis possam ser observadas por amostragem.

2. O modelo clássico com recurso a ficheiros administrativos.

Este modelo é idêntico ao anterior, mas utiliza informação administrativa para apoio à preparação da operação censitária, nomeadamente na elaboração do ficheiro base de unidades estatísticas. A existência de um ficheiro exaustivo de unidades estatísticas facilita a recolha via postal ou Internet e permite um rigoroso controlo de qualidade da operação.

3. O modelo baseado em registos administrativos sem recurso a inquéritos.

Consiste na utilização exclusiva de dados provenientes de ficheiros administrativos.

4. O modelo baseado em registos administrativos com recurso a inquéritos.

Consiste na combinação da informação administrativa com outros inquéritos, sejam eles recenseamentos completos ou inquéritos amostrais.

Para além dos quatro modelos descritos, existe ainda o *Rolling census*, uma alternativa ao modelo clássico, no qual o universo a recensear é dividido em 5 partes, sendo cada uma dessas partes, observada em cada ano, durante um período de cinco anos. O único país que adoptou este modelo é a França, utilizando-o desde 2004. Este modelo tem como vantagem a diluição dos custos ao longo dos anos, mas apresenta grande complexidade na abordagem metodológica e impede a caracterização do universo num momento específico de referência.

Embora a maioria dos países siga o modelo clássico, é necessário sublinhar que, em grande parte deles, são utilizados ficheiros administrativos para apoiar a preparação das operações censitárias, com vantagens em termos de redução de custos, organização da recolha e qualidade da informação.

Na próxima ronda censitária (2011), o número de países da UE que manifestaram a intenção de adoptar o modelo clássico é sensivelmente equivalente ao número de países que indicaram a intenção de utilizar registos administrativos. Existe um claro predomínio do modelo clássico nos países do Sul da Europa (Espanha, Portugal, Grécia, Itália, por exemplo) enquanto que o modelo baseado em informação administrativa é utilizado predominante nos países do Norte (Dinamarca, Finlândia, Suécia, por exemplo).

### Quadro síntese da Metodologia Censitária planeada pelos países da União Europeia para a ronda dos Censos 2010

Clássico		Registos Administrativos		Rolling census
Sem recurso a ficheiro administrativos	Com recurso a ficheiros administrativos	Sem recurso a inquéritos	Com recurso a inquéritos	
Chipre Grécia Hungria Irlanda Itália <b>Portugal</b> Roménia Eslováquia Reino Unido Estónia	Bulgária República Checa Luxemburgo Espanha	Dinamarca Finlândia Letónia Holanda Eslovénia Suécia	Áustria Bélgica Alemanha Lituânia Malta Polónia	França
<b>10</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
<b>52%</b>		<b>44%</b>		<b>4%</b>

Fonte: UNECE

## Novidades

### INE cria Logótipo

O logótipo dos Censos 2011 já existe e foi desenvolvido pelo INE, tendo como referência o logótipo dos Censos 2001.

Optou-se, assim, pela continuidade da imagem, a qual foi agora submetida a uma operação de *remake*. Manteve-se a simbologia do ábaco agora reinterpretada procurando unir a referência histórica – enquanto instrumento de contagem – à era tecnológica.

A tecnologia continua a marcar a execução dos Censos, pelo que se mantêm o conceito e a estrutura base do logótipo, mas actualizando a respectiva identidade. As esferas do ábaco transformam-se em barras de duas cores, que representam a linguagem binária. A conjugação cromática remete para uma operação de âmbito nacional, expressa nas cores verde e vermelho da bandeira portuguesa, agora conjugadas com o azul do logótipo do INE.



### A SEAC emitiu parecer favorável ao Programa de Acção para os Censos 2011

A SEAC 2011 (Secção Eventual para Acompanhamento dos CENSOS 2011) é o órgão do Conselho Superior de Estatística que, pela sua inserção orgânica e composição, tem um papel fundamental no acompanhamento dos trabalhos dos Censos 2011, desde a fase de preparação até à divulgação dos resultados.

A SEAC já emitiu parecer favorável ao Programa de Acção para os Censos 2011. No entanto, o facto de estarem ainda em fase de preparação os regulamentos comunitários de implementação, que complementam a legislação já aprovada pela União Europeia, poderá vir a determinar a realização de pequenos ajustamentos ao conteúdo aprovado e que agora se disponibiliza.

### Aprovada autorização legislativa para os Censos 2011 na Assembleia da República

Em Portugal, as operações censitárias foram sempre enquadradas por legislação específica, a primeira das quais remonta a 1863, para regulação da realização do 1.º Censo da População, em 1864.

A proposta de lei n.º 261/X, que autoriza o Governo a estabelecer as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011) foi discutida e aprovada na Assembleia da República em 22 de Maio de 2009.

## O Programa de Acção para os Censos 2011

O Programa de Acção para os Censos 2011 está disponível em <http://censos.ine.pt>

O Programa de Acção é o documento enquadrador dos Censos 2011. Nele constam os objectivos, linhas de orientação, variáveis e conteúdo a observar nos questionários, e uma síntese das principais actividades que concorrem para a realização da operação censitária.

O Programa de Acção definido para os Censos 2011, embora mantenha o modelo censitário clássico que tem sido usado em Portugal (observação exaustiva e recolha directa de dados), contém quatro áreas de inovação:

- Modernização do processo de recolha de dados, nomeadamente através da introdução da alternativa de resposta via Internet;
- Actualização do conteúdo a observar: as unidades estatísticas (edifício, alojamento, família e indivíduo) mantêm-se, mas são propostas alterações de conteúdo, no sentido de melhor o adequar às necessidades efectivas dos utilizadores e à nova regulamentação comunitária;
- Forte aposta na reformulação do plano de difusão com disponibilização de novos produtos;
- Estabelecimento de condições para a transição para um novo modelo censitário caracterizado pelo aproveitamento da informação existente nos registos administrativos para fins estatísticos.

## Metodologia de recolha de dados – A possibilidade de resposta pela internet

A metodologia de recolha para os Censos 2011 segue o modelo clássico de entrega e recolha dos questionários porta a porta através de recenseadores, recrutados e formados pelo INE, os quais distribuem os questionários em papel, recolhendo-os mais tarde, nos casos em que tal seja necessário.

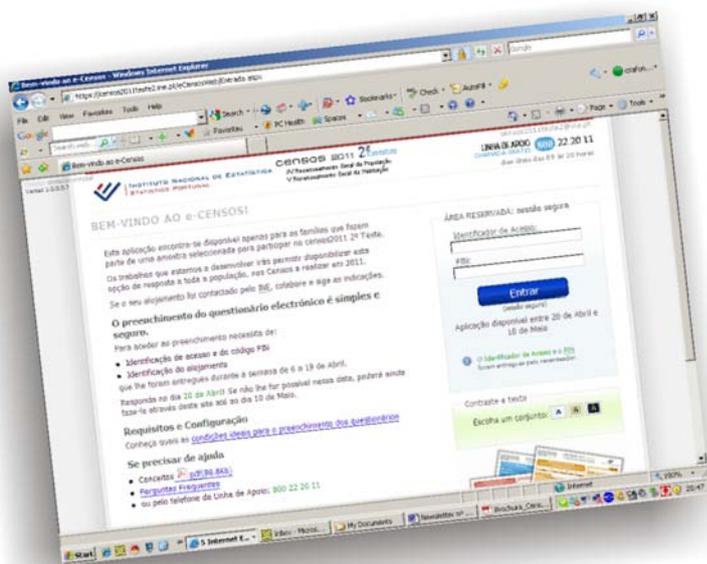
De facto, a resposta aos questionários poderá processar-se por auto-preenchimento: ou dos questionários em papel, posteriormente recolhidos pelos recenseadores ou através da Internet (e-censos).

Como foi já divulgado, a resposta aos Censos 2011 poderá, pela primeira vez, efectuar-se através da Internet, num esforço de inovação e modernização dos dispositivos de recolha e em alinhamento com as melhores práticas internacionais. Pretende-se com esta iniciativa facilitar a resposta aos censos por parte da população e melhorar a qualidade das respostas.

Em situações de dificuldade no preenchimento dos questionários, esta tarefa será executada pelo recenseador, em entrevista directa aos cidadãos a recensear.

Noutras situações, normalmente nas zonas urbanas pode utilizar-se a via postal para a devolução dos questionários dos alojamentos, das famílias e dos indivíduos, nos casos em que não foi possível estabelecer contacto durante o processo de recolha directa.

Qualquer que seja o modo de recolha, toda a informação recolhida refere-se a um determinado momento “**momento censitário**”, que corresponde ao dia e hora aos quais todos os dados recolhidos se referem. A referência a este momento é fundamental para evitar duplicações ou omissões de contagens, provocadas pela deslocação espacial das pessoas.



## Conteúdo a observar nos Censos 2011

Um recenseamento é uma operação estatística fundamental para qualquer país, constituindo uma fonte rica e duradoura de informação estatística. Assim, atendendo à importância e envergadura dos censos, o seu conteúdo foi cuidadosamente estudado, de forma a produzir resultados de indiscutível utilidade a nível nacional e comparáveis internacionalmente.

A nível internacional as operações censitárias são enquadradas por um conjunto de recomendações e normas específicas, de forma a garantir a sua harmonização e a comparabilidade dos resultados. A ronda censitária de 2010, deve obedecer às recomendações da UNECE (*United Nations Economic Commission for Europe*) aprovadas em 2006 e ao Regulamento N.º 763/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, o qual introduz, pela primeira vez, na legislação comunitária um conjunto de regras de carácter obrigatório. Este regulamento, considerado de enquadramento, será complementado por mais 3 diplomas, nos quais serão definidos de forma mais precisa, a estrutura e desagregação geográfica das variáveis a observar, a metainformação, os dados a fornecer às instâncias comunitárias e os relatórios de qualidade.

Assim, foram considerados os seguintes aspectos, na definição do conteúdo dos Censos 2011:

- As necessidades dos utilizadores nacionais;
- As exigências internacionais, nomeadamente as que constam do Regulamento Comunitário;
- A consistência com a série histórica dos recenseamentos portugueses;
- A metodologia de recolha;
- Os recursos disponíveis.

O conteúdo definido para os Censos 2011 é o resultado do equilíbrio entre a informação que se desejaria e a que é efectivamente viável recolher: cada variável adicional que se inclui num censo tem um custo: em termos financeiros, em termos de carga estatística sobre os respondentes, em termos de prazos de difusão e, mesmo, em termos técnicos e operacionais.

Nos Censos 2011 irá manter-se a observação, de forma exaustiva, de todas as unidades estatísticas observadas nos Censos 2001 – Edifício, Alojamento, Família, Núcleo Familiar e Indivíduo - existindo, no entanto, algumas alterações ao nível das variáveis e respectivas modalidades face ao recenseamento anterior. As alterações introduzidas tiveram como objectivos, por um lado, garantir a pertinência e a qualidade da informação recolhida em consonância com as transformações ocorridas na sociedade e, por outro, dar resposta às novas exigências da legislação comunitária.

Tendo como objectivo a caracterização do parque habitacional, serão recenseados pelos Censos 2011:

- Todos os alojamentos familiares clássicos destinados à habitação de pelo menos uma família e respectivos edifícios;
- Todos os locais que estão a ser utilizados como habitação mas que, pelo tipo e precariedade da construção, não podem ser classificados como alojamentos clássicos, como por exemplo barracas;
- Todos os locais que constituem alojamento colectivo, como sejam estabelecimentos hoteleiros e similares, lares de idosos, conventos, prisões, etc.

Para os edifícios e alojamentos serão recolhidas pelos Censos 2011 as seguintes variáveis:



### Edifício e Alojamento

Edifício	Alojamento
Tipo de edifício	Tipo de alojamento
Tipo de utilização	Forma de ocupação
Acessibilidade do edifício	Sistema de abastecimento de água
Elevador	Instalações sanitárias
Número de pisos	Sistema de drenagem de águas residuais
Número de alojamentos	Instalação de banho ou duche
Época de construção	Ar condicionado
Tipo de estrutura de construção	Tipo de aquecimento
Principal material utilizado no revestimento exterior	Principal fonte de energia utilizada para aquecimento
Tipo de cobertura e material utilizado	Área útil
Necessidade de reparações	Número de divisões
Recolha de resíduos urbanos	Lugar de estacionamento
Configuração do R/C	Regime de propriedade
Posicionamento do edifício	Encargos por compra
Altura relativa do edifício	Forma de arrendamento
	Renda
	Época do contrato de arrendamento
	Entidade proprietária

Nota: Apenas constam as variáveis primárias ou seja variáveis que se obtêm directamente através de uma ou várias questões dos questionários.

Comparativamente a 2001, no Edifício foram reformuladas as variáveis tipo de edifício, acessibilidade do edifício e principal material utilizado no revestimento exterior, com o objectivo de melhorar a tipificação e a caracterização do parque habitacional.

No Alojamento foram incluídas 4 novas variáveis: ar condicionado, principal fonte de energia utilizada para aquecimento, área útil e lugar de estacionamento, por se considerarem relevantes para a caracterização das condições habitacionais actuais.

Ao nível da população serão recenseadas todas as pessoas residentes em Portugal e caracterizadas as respectivas famílias e núcleos familiares.

São consideradas como residentes:

- As pessoas que viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de pelo menos 12 meses anteriores ao momento censitário; ou

- As pessoas chegadas ao seu local de residência habitual nos 12 meses anteriores ao momento censitário, com a intenção de aí permanecerem por um período mínimo de um ano.

São ainda incluídas, na população residente, as pessoas que estiveram temporariamente ausentes do seu local de residência habitual por um curto período de tempo, por motivos de trabalho, férias ou outros.

Para as famílias e os indivíduos serão recolhidas pelos Censos 2011 as seguintes variáveis:

## Família e Indivíduo

### Família

Relação de parentesco com o representante da família clássica  
Identificação do cônjuge ou parceiro em união de facto  
Identificação do pai  
Identificação da mãe

### Indivíduo

Local de residência habitual  
Situação perante a residência  
Sexo  
Data de nascimento  
Estado civil legal  
União de facto  
Naturalidade - Residência da mãe à data do nascimento  
Nacionalidade  
Local de residência 1 ano antes  
Local de residência 5 anos antes  
Residência anterior no estrangeiro e ano de chegada ao país  
País de proveniência  
Tipo de incapacidade  
Alfabetismo  
Frequência de ensino  
Nível de ensino  
Qualificação académica  
Curso Superior  
Condição perante a actividade económica  
Profissão  
Situação na profissão  
Número de horas de trabalho  
Número de trabalhadores da empresa  
Ramo de actividade económica  
Principal meio de vida  
Local de trabalho ou de estudo  
Principal meio de transporte utilizado no trajecto residência /local de trabalho ou estudo  
Utilização de um segundo meio de transporte no trajecto residência /local de trabalho ou estudo  
Duração do trajecto residência/ local de trabalho ou estudo  
Religião



Nota: Apenas se apresentam as variáveis primárias ou seja variáveis que se obtém directamente através de uma ou várias questões dos questionários.

Nas unidades estatísticas **Família Clássica e Núcleo Familiar** as principais alterações, face aos censos anteriores, resultam essencialmente da equiparação das uniões consensuais de casais homossexuais a núcleos familiares, indo de encontro às recomendações internacionais no que respeita às estruturas familiares.

Outra das alterações em termos de conteúdo é a autonomização da população sem-abrigo que, embora já recenseada em censos anteriores, não era possível a sua individualização, pois estava incluída numa categoria residual juntamente com outras situações.

No **Indivíduo** incluíram-se as variáveis residência anterior no estrangeiro, ano de chegada a Portugal e país de proveniência, por se considerarem essenciais para a caracterização dos movimentos migratórios, área que, em termos censitários, não estava coberta de forma totalmente satisfatória.

As variáveis estado civil legal e união de facto substituem a variável estado civil de facto nos termos em que foi observada nos Censos 2001 e 1991. Em 2001 e 1991 a variável estado civil foi observada com a prevalência da situação de facto, sempre que a situação legal e a vivência conjugal de facto não fossem coincidentes. Nos Censos 2011 será observado o estado civil legal e a vivência em união de facto através de duas variáveis independentes, sendo o conceito de união de facto alargado às uniões consensuais de casais do mesmo sexo.

A variável tipo de deficiência foi substituída pela variável tipo de incapacidade, no sentido de uma adopção do novo quadro conceptual nesta área. Esta alteração decorre da própria mudança de paradigma, de um modelo puramente médico, baseado em diagnósticos de deficiências, para um modelo biopsicossocial e integrador da funcionalidade e incapacidade humana, enfatizando as experiências de vida e as necessidades reais da pessoa.

Nas variáveis relativas à educação ajustaram-se as modalidades da variável nível de ensino e a forma de observação da qualificação académica (nível de ensino mais alto completo). O processo de Bolonha e o acesso ao ensino superior para maiores de 23 anos introduziram uma nova realidade na lógica dos graus académicos, nomeadamente a possibilidade de frequência de um grau de ensino sem que o imediatamente anterior esteja concluído. É o caso das pessoas a frequentarem cursos de mestrado integrado, que têm como nível de ensino mais alto completo o secundário e não uma licenciatura como acontecia no passado.

Na temática dos movimentos pendulares reformularam-se as variáveis local de trabalho ou estudo e principal meio de transporte com a autonomização nesta última das opções metropolitano, barco, motociclo e bicicleta. Introduziu-se uma nova variável relativa à utilização de um segundo meio de transporte, de forma a quantificar a população que utiliza mais de um meio de transporte nas suas deslocações diárias.

## Programa e Produtos de difusão

Os Censos 2011 farão uma aposta clara na utilização de novas tecnologias de informação e divulgação dos dados, em resposta às solicitações dos utilizadores que pretendem manusear directamente a informação, através da utilização de sistemas dinâmicos, simples e flexíveis. Neste âmbito, o sistema de autotabulação (construção de quadros à medida pelos utilizadores), a construção de uma amostra de microdados e a disponibilização na Internet serão as principais apostas.

Os resultados dos censos são sempre aguardados com grande expectativa por parte dos utilizadores, pelo que a rapidez na divulgação dos resultados censitários é um dos objectivos centrais dos Censos 2011.

Prevê-se que a disponibilização dos resultados dos Censos 2011 se processe em três fases:

- Na **1ª fase**, e até 4 meses após o momento censitário, serão divulgados os primeiros resultados – **resultados preliminares**;
- Na **2ª fase**, e até 11 meses após o momento censitário, far-se-á a divulgação dos **resultados provisórios**;
- Na **3ª fase**, que decorrerá no 4º trimestre de 2012, disponibilizar-se-ão os **resultados definitivos**.

## Planeamento das principais actividades

Os censos, pela sua dimensão e complexidade, são as operações estatísticas que, em todo o mundo, mais meios mobilizam. Uma correcta planificação das diferentes fases, desde a preparação, à execução e à difusão, é um factor chave para o sucesso destas operações e para uma gestão eficiente dos meios.

O Programa de Acção para os Censos 2011 contém uma síntese das principais actividades e respectiva calendarização, bem como os elementos de apoio que concorrem para a realização dos Censos 2011. Neste sentido, destaca-se a cartografia censitária, o controlo e avaliação da qualidade e o programa de comunicação.

## Cartografia

Tendo em vista a preparação da cartografia de suporte aos Censos 2011 – **Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI 2011)**, o INE desenvolve, desde meados de 2006, trabalhos de actualização da sua Infra-estrutura de Referenciação Geográfica.

A construção da **cartografia censitária** é uma actividade muito importante para a realização dos recenseamentos da população e da habitação. O rigor na definição das secções estatísticas (áreas de trabalho dos recenseadores) e a qualidade da sua representação gráfica têm um impacto crucial na qualidade dos dados recolhidos.

Tradicionalmente, o papel da cartografia nos recenseamentos tem-se restringido à delimitação das secções estatísticas, enquanto áreas de trabalho dos recenseadores. Contudo, os recentes desenvolvimentos tecnológicos nos Sistemas de Informação Geográfica e outras Tecnologias de Informação Geográfica têm permitido ampliar o âmbito de utilização da cartografia censitária através de:

- Aumento da eficiência na recolha e na codificação dos dados;
- Produção de mapas temáticos com recurso à informação censitária e aos limites geográficos das unidades territoriais administrativas e censitárias, em formatos e suportes de fácil acesso;
- Análise e difusão dos resultados censitários.

Vive-se numa época em que a informação é um produto fundamental na vida dos cidadãos, na actividade das empresas, no funcionamento dos Estados; é também determinante para a tomada das decisões que fazem surgir e progredir as empresas e enquadram as políticas com que se governam as nações. Assim, é crucial que os Institutos Nacionais de Estatística disponham de **infra-estruturas de dados geográficos** que permitam responder às crescentes necessidades de informação estatística georreferenciada.

Uma **Infra-estrutura de Referenciação Geográfica** para fins estatísticos deverá apresentar uma componente de natureza poligonal que permita a recolha dos dados no terreno e que possibilite, em simultâneo, a difusão de informação estatística a níveis geográficos detalhados, nomeadamente ao nível de pequenas áreas, passíveis de agregação espacial para níveis geográficos superiores.

Esta infra-estrutura deverá em paralelo contemplar uma componente linear com representação geográfica e alfanumérica de eixo de via. A disponibilidade de toponímia é uma componente essencial à recolha de dados no terreno pelo recenseador.

Neste âmbito, destaca-se a constituição da nova Geodatabase do Sistema de Informação Geográfica, segundo uma nova solução arquitectural, condição prévia para o sucesso da aplicação de edição da BGRI 2011, permitindo adicionalmente obter melhorias ao nível do desempenho do sistema, da optimização do motor do ArcSDE, dos processos de manutenção e backup dos dados e administração da Geodatabase em Oracle.



## Controlo e avaliação da qualidade

A avaliação e controlo de qualidade são um factor crucial para o êxito dos Censos 2011.

Nos Censos 2011 será implementado um programa de controlo e avaliação da qualidade que permita detectar e corrigir, em tempo real, as deficiências verificadas durante a recolha e o tratamento dos dados, e que assegure a realização de um Inquérito de Qualidade de acordo com padrões de rigor e isenção.

Por forma a garantir a independência na avaliação da qualidade serão estabelecidas parcerias de colaboração com entidades externas ao INE, ligadas à comunidade científica e de reconhecida competência técnica.

O controlo do processo produtivo consiste na implementação de mecanismos de verificação e controlo em pontos chaves da operação, passíveis de reduzir a qualidade dos resultados.

Assim, serão implementados procedimentos de avaliação e controlo nas seguintes fases:

1. Selecção, formação e avaliação dos conhecimentos adquiridos ao nível dos intervenientes locais e regionais;
2. Distribuição e recolha dos questionários, a tarefa central e mais determinante da qualidade dos dados. O controlo será realizado através da implementação de acções de avaliação do desempenho individual dos recenseadores e de um Sistema de Indicadores de Alerta que possibilita controlar a qualidade da informação recolhida. Este sistema de indicadores permite a monitorização dos resultados de algumas variáveis dos censos e na sua comparação com resultados esperados, tomando como referência outras fontes de informação;
3. Tratamento de dados através de instrumentos que permitem avaliar a qualidade associada aos processos de tratamento da informação, nas componentes de captura de dados, codificação e correcção e imputação automática.

Uma operação estatística com a natureza e dimensão de um recenseamento, por melhor que seja a metodologia escolhida para a realizar, tem sempre e inevitavelmente erros associados, que importa avaliar e quantificar para aferir do rigor da informação produzida.

Esta avaliação será realizada com o Inquérito de Qualidade, que consiste na reobservação de uma amostra de unidades estatísticas inquiridas no âmbito dos Censos 2011. Este inquérito será realizado após a conclusão do processo de recolha dos questionários dos censos. Os seus resultados, depois da comparação com os dados recolhidos na operação censitária, constituirão o certificado de qualidade dos Censos 2011. O Inquérito de Qualidade constituirá, assim, o verdadeiro instrumento de medida final da qualidade dos resultados dos Censos 2011.

## Programa de comunicação

Um programa de comunicação que potencie a participação, envolvimento e cooperação da população é um factor decisivo para o sucesso dos Censos.

A realização de uma operação como os Censos 2011 exige a mobilização e a participação empenhada de toda a população. O Programa de Comunicação é essencial para divulgar os Censos 2011, informar sobre a sua importância, esclarecer as pessoas e mobilizar toda a população para participar na sua concretização.

Assim, o programa de comunicação dos Censos 2011 terá como principais objectivos:

- Mobilizar toda a população para responder aos Censos 2011;
- Transmitir uma mensagem clara sobre a utilidade dos Censos 2011;
- Incentivar a resposta aos Censos 2011 através da internet.

O programa de comunicação irá conferir visibilidade e credibilidade aos Censos 2011, criando um clima de confiança para a participação da população, essencial à execução do trabalho de recolha de dados.



## Transição do modelo censitário

É internacionalmente reconhecido que os recenseamentos da população e habitação são operações extremamente dispendiosas, quer em termos financeiros quer em recursos humanos. Os recenseamentos clássicos exigem um imenso planeamento, gestão, trabalho de recolha, validação e tratamento dos dados. Além disso, concluídos os trabalhos de um recenseamento decenal a informação produzida vai ficando progressivamente desactualizada até à realização do seguinte, não permitindo dispor-se a cada momento, de uma “fotografia” actualizada da realidade sócio-económica e habitacional do país.

A substituição dos recenseamentos clássicos por alternativas metodologicamente adequadas e que possam responder aos princípios censitários e ao conteúdo acordado internacionalmente passa, quase inevitavelmente, pelo aproveitamento dos ficheiros administrativos existentes. Este aproveitamento deverá garantir ganhos mútuos e economias de escala quer para o sistema estatístico, quer para os produtores dos ficheiros, que beneficiariam da maior actualização e uniformização dos mesmos.

Portugal possui hoje um conjunto de ficheiros administrativos, claramente subutilizados na componente estatística, mas com razoáveis potencialidades para contribuir para a diminuição da carga que a recolha da informação estatística vem provocando sobre os cidadãos e as famílias.

Os ficheiros administrativos disponíveis não são passíveis de utilização imediata para fins estatísticos e não permitem, para já, responder a todas as variáveis recomendadas internacionalmente. Neste sentido, e após a análise da disponibilidade e dos respectivos conteúdos poderá vir a ser necessário conceber uma nova metodologia para ultrapassar as insuficiências dos ficheiros administrativos.

Os dados recolhidos pelos Censos 2011 constituirão a base que permitirá efectuar a transição para um novo modelo censitário, menos pesado, menos dispendioso e capaz de disponibilizar informação com uma periodicidade mais curta do que a decenal.

## Consulta pública

O Programa de Acção para os Censos 2011 foi objecto de consulta pública na fase de projecto. A consulta pública decorreu entre os dias 5 de Abril e 30 de Novembro de 2008 e teve como principais objectivos:

- Informar os cidadãos sobre o programa para os Censos 2011, nomeadamente modelo censitário, processo de recolha e conteúdo a observar;
- Recolher comentários e sugestões com vista a um reforço dos mecanismos de participação pública;
- Aproximar a sociedade em geral ao Sistema Estatístico Nacional e aos Censos 2011 em particular, fazendo desta operação estatística um projecto de âmbito nacional.

No âmbito da consulta pública foram recebidos 223 comentários e sugestões, visando principalmente o conteúdo proposto para observação nos Censos 2011. As sugestões versaram essencialmente propostas de inclusão de novas variáveis e a manifestação de desagrado perante o tratamento estatístico de algumas situações particulares.

## Equipa em Foco

### SEAC - Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2011

#### COMPETÊNCIAS:

- Elaborar um programa de actuação que permita acompanhar os trabalhos associados à realização dos Censos 2011;
- Apreciar e acompanhar até à sua publicação, nos termos do Artigo 14º da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, o projecto de legislação que deverá regulamentar a realização dos Censos 2011;
- Emitir parecer sobre o Programa de Acção e o Plano de Difusão dos Censos 2011;
- Acompanhar os trabalhos associados à preparação, execução, apuramento e avaliação dos Censos 2011;
- Apreciar o relatório de avaliação final dos Censos 2011, elaborado pelo INE no prazo de 12 meses após a divulgação dos resultados definitivos, o qual deverá incluir a avaliação da qualidade das duas operações.

#### COMPOSIÇÃO:

com representação no Conselho:

- Instituto Nacional de Estatística, I.P.;
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;
- Presidência do Conselho de Ministros (representação do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural);
- Confederação da Indústria Portuguesa;
- União Geral de Trabalhadores;
- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;
- Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;
- Serviço Regional de Estatística dos Açores;
- Direcção Regional de Estatística da Madeira.

com estatuto de convidados:

- Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE);
- Entidade com delegação de competências para a produção das Estatísticas da Justiça;
- Entidade com delegação de competências para a produção das Estatísticas do Trabalho.

## Contactos

**Instituto Nacional de Estatística**  
Av. António José de Almeida  
1000-043 LISBOA  
Tel.: + 351 218 426 100  
Fax: + 351 218 426 380  
E-mail: [ine@ine.pt](mailto:ine@ine.pt)

**Censos 2011**  
E-mail: [censos2011teste@ine.pt](mailto:censos2011teste@ine.pt)

